



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA**

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CARIACICA**

GESTÃO 2022/2026

Dados da reunião			
Local Auditório do IPC		Data 25/11/2022	Horário 08h40min
Participantes			
Diretora – Presidente do IPC		Juliana de Lima Silva Rodrigues	P
Conselheiros Titulares		Conselheiros Suplentes	
Rodrigo Garcia Giori	P	Priscilla Gracielli do Rosário	
Fernando Santos Macarineli		Bianca dos Santos Rangel Olindino	
Jonas Ferreira Campos	P	Marco Antonio Igídio	
Jhawa Memelli de Moura	P	Sabrina Nascimento Dantas Miranda	
Paulo Cezar Peixoto	P	Maria Rosalina Ribeiro	
Menderson Rezende de Moura		Rogério Cipriano Moreira	
Danuzza Matos Ribeiro		Maria Odete Marchesi Groberio	
Patrícia Luiza Sampaio Miguel	P	Charles Muniz Pereira	
Convidados			
André Luiz Valentim Paulo	P		
Objetivo			
Reunião Ordinária para tratar e deliberar sobre o seguinte assunto:			
• Apresentação, análise e aprovação da Política de Investimentos			
Encaminhamentos da reunião			
Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do IPC na data de 25 de Novembro de 2022, no auditório do IPC sob a direção da Diretora Presidente do IPC Juliana de Lima Silva Rodrigues. Presentes à reunião os conselheiros, Rodrigo Garcia Giori, Jhawa Memelli de Moura, Jonas Ferreira Campos, Patrícia Luiza Sampaio Miguel e Paulo Cezar Peixoto. Iniciada a reunião às 08h40min pela Presidente Juliana, constatado o quórum, abriu-se os trabalhos dando boas vindas agradecendo a presença de todos. A Presidente convidou o servidor André para a relatoria da reunião, perguntando aos Conselheiros se havia alguma objeção à indicação. Não havendo objeção, ato contínuo, apresentou a pauta a ser analisada: Aprovação de Ata e Apresentação, análise e aprovação da Política de Investimentos do IPC. Considerando a pauta apresentada e a ciência dos Conselheiros da necessidade da presente reunião, passou-se à discussão dos assuntos do dia:			



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

1. **Aprovação da Ata Anterior:** sendo devidamente enviada com antecedência os Conselheiros puderam ter ciência e analisar se estava tudo de acordo com a reunião do dia. Assim, apreciada antecipadamente, foi colocada em votação sobre a aprovação. A ata foi aprovada por todos.

2. **Política de Investimentos 2023:** Dando continuidade à reunião do dia 11/11/2022, a Presidente passou a palavra ao conselheiro Rodrigo, membro Comitê de Investimentos para a condução dos trabalhos.

O conselheiro Rodrigo comunicou a alteração ocorrida na fls. 06, com o preenchimento do quadro “**Análise de Perfil**”, conforme discutido e requerido na reunião anterior. Também fez alteração no penúltimo parágrafo da mesma fls. corrigindo a redação para: “...mudança de nível de certificação...”.

Ato contínuo Rodrigo deu continuidade à apresentação, deixando aberto aos presentes para os questionamentos sobre o assunto. A conselheira Patrícia questionou sobre o empréstimo consignado, fls. 19/20, sobre a possibilidade de redução dos valores. Também questionou sobre a legalidade deste empréstimo consignado, mesmo sendo para um prazo de 5 anos. A conselheira se manifestou preocupada com a quantidade de servidores efetivos que tem pedido exoneração, seja por qualquer motivo. O conselheiro Rodrigo explicou que a previsão é uma possibilidade que ainda necessita de regulamentação e planejamento, e, hoje, o IPC não tem como fornecer este tipo de serviço. Completou que não tem notícias de que algum RPPS esteja fazendo empréstimos consignados e ainda que qualquer decisão sobre o assunto deve ser tomada com calma e planejamento e, principalmente fundamentado em Lei. A conselheira se posicionou preocupada com o endividamento dos idosos, até que ponto o IPC estaria influenciando negativamente. O conselheiro Rodrigo lembrou que o IPC não tem responsabilidade sobre estas situações, no entanto, lamenta o que ocorre com os idosos.

A conselheira Patrícia então questionou como se dá a margem consignada, quais as regras. Rodrigo respondeu que a margem consignável é de acordo com regras instituídas em lei, sendo que o IPC não tem gerência sobre isto. Uma vez o interessado comparecendo ao banco de sua preferência, a verificação em si não tem objeções.

Para o conselheiro Jhawa, a realização ou instituição do empréstimo consignado deveria ser precedida de estudo financeiro e social e obrigatoriamente passar pelo Conselho Administrativo. Este estudo poderia fornecer dados para a viabilidade do projeto, além de depender de regras devidamente estabelecidas. Para o conselheiro a porcentagem mínima da previsão deveria ser 0% para os próximos 5 anos. Assim foi proposta que se abaixasse a meta a 0%. O conselheiro Rodrigo, disse que o texto pode ser alterado a qualquer tempo, contudo a mudança imediata não traria prejuízos ao IPC. Em sua opinião, a manutenção de como foi proposta não obriga o IPC a fazer, mas de qualquer forma, se todos decidirem pela troca não haverá objeção. Aberta votação e ficou decidido pela mudança para 0% a previsão de alocação para os próximos 5 anos.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA**

Não havendo mais nada a discutir, foi proposta a aprovação da Política de Investimentos de 2023 com as alterações discutidas e aprovadas. **Por unanimidade foi aprovada a Política de Investimentos de 2023.**

A Presidente solicitou uma reunião extraordinária para análise e aprovação do relatório de governança do IPC. Todos foram favoráveis. Ficou decidida data de 08/12/2022 às 08:30hs.

Com as devidas considerações, a reunião terminou às 10h20min. Não havendo mais nada a tratar, eu, André Luiz Valentim Paulo, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.

5. Fechamento da reunião

Data 25/11/2022 às 10h20min

Relator André Luiz Valentim Paulo

Juliana de Lima Silva Rodrigues

Presidente do Conselho